

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	129.746
Preferenciais	38.328
Total	168.074
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.848.572	1.749.997
1.01	Ativo Circulante	524.079	458.015
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	188.842	124.924
1.01.02	Aplicações Financeiras	10.179	12.982
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10.179	12.982
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	10.179	12.982
1.01.03	Contas a Receber	204.408	241.643
1.01.03.01	Clientes	204.408	241.643
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e demais contas a receber	204.408	241.643
1.01.04	Estoques	2.689	2.647
1.01.06	Tributos a Recuperar	48.908	55.320
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	48.908	55.320
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.517	2.183
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	65.536	18.316
1.01.08.03	Outros	65.536	18.316
1.01.08.03.01	Entidade de previdência privada	228	399
1.01.08.03.02	Serviço em curso	9.871	10.967
1.01.08.03.03	Recursos CDE	47.060	0
1.01.08.03.05	Outros ativos circulantes	8.377	6.950
1.02	Ativo Não Circulante	1.324.493	1.291.982
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	696.841	668.958
1.02.01.03	Contas a Receber	199.200	200.023
1.02.01.03.01	Clientes	199.200	200.023
1.02.01.06	Tributos Diferidos	126.012	108.772
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	126.012	108.772
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	371.629	360.163
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	11.152	12.220
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	23.031	21.903
1.02.01.09.06	Entidade de previdência privada	3.799	4.307
1.02.01.09.08	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	332.826	320.911
1.02.01.09.09	Outros ativos não circulantes	821	822
1.02.02	Investimentos	1.572	1.572
1.02.04	Intangível	626.080	621.452
1.02.04.01	Intangíveis	626.080	621.452
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	626.080	621.452

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.848.572	1.749.997
2.01	Passivo Circulante	470.223	396.924
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.425	10.120
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.425	10.120
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	9.425	10.120
2.01.02	Fornecedores	182.763	129.846
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	182.763	129.846
2.01.03	Obrigações Fiscais	67.505	50.880
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	44.121	19.527
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.583	837
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	3.077	2.786
2.01.03.01.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	14.173	12.838
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.546	2.112
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	288	320
2.01.03.01.06	Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	13.988	0
2.01.03.01.09	Outros	466	634
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	22.456	30.145
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	22.456	30.145
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	928	1.208
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviços - ISS	928	1.208
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	110.798	103.721
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	72.908	67.143
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	76.703	71.547
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	-3.795	-4.404
2.01.04.02	Debêntures	37.890	36.578
2.01.05	Outras Obrigações	88.437	91.082
2.01.05.02	Outros	88.437	91.082
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	50.791	50.792
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	11.173	13.323
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	26.473	26.967
2.01.06	Provisões	11.295	11.275
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.295	11.275
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	4.148	4.128
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.556	5.556
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.591	1.591
2.02	Passivo Não Circulante	511.683	520.906
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	473.838	486.332
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	437.514	450.033
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	418.671	430.946
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	18.843	19.087
2.02.01.02	Debêntures	36.324	36.299
2.02.02	Outras Obrigações	14.742	14.310
2.02.02.02	Outros	14.742	14.310
2.02.02.02.03	Fornecedores	10.458	10.289
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	363	475

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	3.921	3.546
2.02.04	Provisões	23.103	20.264
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.103	20.264
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	986	937
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	13.934	12.965
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	8.183	6.362
2.03	Patrimônio Líquido	866.666	832.167
2.03.01	Capital Social Realizado	179.787	179.787
2.03.02	Reservas de Capital	266.766	266.766
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	179.315	179.315
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	4.648	4.648
2.03.02.08	Reserva de incentivo fiscal	82.428	82.428
2.03.02.09	Outras	375	375
2.03.04	Reservas de Lucros	385.949	385.949
2.03.04.01	Reserva Legal	35.957	35.957
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	21.424	21.424
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	138.095	138.095
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	190.324	190.324
2.03.04.10	Outras	149	149
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	34.918	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-754	-335

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	331.111	316.817
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-266.955	-204.207
3.03	Resultado Bruto	64.156	112.610
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.445	-32.720
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.300	-16.682
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.145	-16.038
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	35.711	79.890
3.06	Resultado Financeiro	6.988	2.035
3.06.01	Receitas Financeiras	22.997	22.420
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.009	-20.385
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.699	81.925
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.781	-12.621
3.08.01	Corrente	-26.814	-11.412
3.08.02	Diferido	19.033	-1.209
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	34.918	69.304
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	34.918	69.304
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,20312	0,40315
3.99.01.02	PNA	0,22343	0,44347
3.99.01.03	PNB	0,22343	0,44347

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	34.918	69.304
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-419	2.041
4.02.01	Ajustes ativos financeiros da concessão	0	2.547
4.02.02	Tributos sobre ajustes financeiros da concessão	216	-1.052
4.02.03	Ganhos/perdas atuariaisplano de benefício BD	-635	546
4.03	Resultado Abrangente do Período	34.499	71.345

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	100.843	101.282
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	70.163	105.264
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IR e CSLL	42.699	81.925
6.01.01.02	Amortização	14.309	13.554
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	11.245	11.999
6.01.01.04	Valor justo do ativo financeiro	-2.404	-1.681
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	1	-53
6.01.01.06	Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	2.001	251
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.312	-731
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	30.680	-3.982
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	35.746	4.604
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	7.268	-6.036
6.01.02.03	Entidade de previdência privada	44	171
6.01.02.04	Estoques	-42	158
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-1.001	-306
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-1.334	-1.731
6.01.02.07	Recursos CDE	-47.060	0
6.01.02.08	Outros ativos	-392	-4.997
6.01.02.09	Fornecedores	42.522	2.921
6.01.02.10	Salários e encargos a pagar	-695	6.393
6.01.02.11	Encargos da dívida e swap pagos	-4.591	-4.859
6.01.02.12	Taxas regulamentares	-2.262	1.199
6.01.02.13	Impostos e contribuições a recolher	5.685	2.298
6.01.02.14	Imposto de renda (IR) e Contribuição social sobre o LL (CSLL) pagos	-13.653	-6.222
6.01.02.16	Outros passivos	10.445	2.425
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25.540	-99.455
6.02.02	Aquisição de intangível	-28.445	-31.654
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	2.905	-67.801
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.385	-15.786
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	922	0
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-12.364	-11.654
6.03.04	Obrigações vinculadas	58	986
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-1	-5.118
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	63.918	-13.959
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	124.924	154.560
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	188.842	140.601

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	179.787	266.766	385.949	0	-335	832.167
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	179.787	266.766	385.949	0	-335	832.167
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.918	-419	34.499
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.918	0	34.918
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-419	-419
5.07	Saldos Finais	179.787	266.766	385.949	34.918	-754	866.666

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	179.787	266.766	315.576	0	7.620	769.749
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	179.787	266.766	315.576	0	7.620	769.749
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.304	2.041	71.345
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.304	0	69.304
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.041	2.041
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	360	360
5.05.02.06	Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	1.681	1.681
5.07	Saldos Finais	179.787	266.766	315.576	69.304	9.661	841.094

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	463.136	455.221
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	461.069	459.176
7.01.02	Outras Receitas	-13	-290
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-13	-290
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.080	-3.665
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-292.626	-213.398
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-226.409	-151.754
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-66.217	-61.644
7.03	Valor Adicionado Bruto	170.510	241.823
7.04	Retenções	-14.310	-13.555
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.310	-13.555
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	156.200	228.268
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.997	22.420
7.06.02	Receitas Financeiras	22.997	22.420
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	179.197	250.688
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	179.197	250.688
7.08.01	Pessoal	13.259	16.438
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.770	12.036
7.08.01.02	Benefícios	2.896	5.178
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.276	2.599
7.08.01.04	Outros	-1.683	-3.375
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	114.860	144.423
7.08.02.01	Federais	35.740	65.567
7.08.02.02	Estaduais	78.329	78.165
7.08.02.03	Municipais	791	691
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.160	20.522
7.08.03.01	Juros	14.229	18.562
7.08.03.02	Aluguéis	151	136
7.08.03.03	Outras	1.780	1.824
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.918	69.305
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	34.918	69.305

Comentário do Desempenho

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando especificado)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A COSERN é uma Companhia distribuidora de energia elétrica, com atuação no Estado do Rio Grande do Norte, que atende a uma população estimada de 3.014 mil habitantes em 167 municípios. Sua área de concessão engloba 52.797 Km², o que corresponde a 100% do território do Estado.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO

2.1.1 CONSUMIDORES

Descrição	Evolução do número de consumidores ativos					
	31/03/13	31/03/12	Variação Vertical		Variação Horizontal	
			31/03/13	31/03/12	31/03/13	
Residencial	1.047.526	1.006.727	85,60%	85,90%	40.799	4,05%
Industrial	4.864	5.021	0,40%	0,43%	(157)	-3,13%
Comercial	78.996	76.378	6,46%	6,52%	2.618	3,43%
Rural	71.943	63.962	5,88%	5,46%	7.981	12,48%
Poder Público	12.315	12.393	1,01%	1,06%	(78)	-0,63%
Iluminação Pública	6.113	5.718	0,50%	0,49%	395	6,91%
Serviço Público	1.726	1.645	0,14%	0,14%	81	4,92%
Subtotal	1.223.483	1.171.844	99,98%	99,98%	51.639	4,41%
Consumo Próprio	210	184	0,02%	0,02%	26	14,13%
Suprimento	3	4	0,00%	0,00%	(1)	-25,00%
Total	1.223.696	1.172.032	100,00%	100,00%	51.664	4,41%

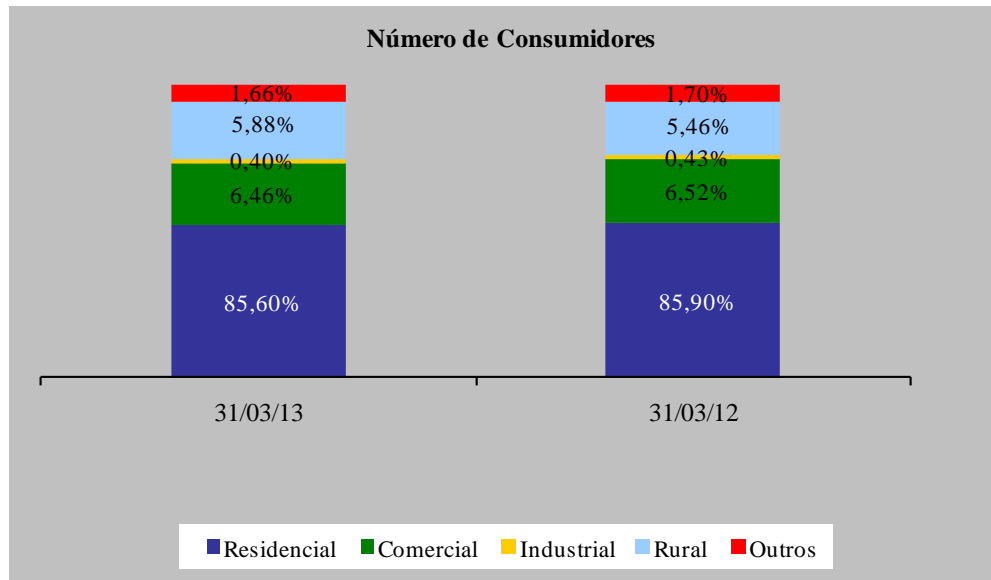
Em março de 2013 o número de consumidores ativos apresentou um aumento de 4,41% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa um aumento de 51.664 novos consumidores, representando cerca de 142 novas ligações por dia.

A classe rural foi a que apresentou maior crescimento relativo, quando comparados os meses de março 2013 e março 2012, ocasionado pela forte seca no interior do estado que aumentou o uso com irrigação. Em números absolutos, porém, a classe residencial foi a que apresentou maior evolução com um incremento de 40.799 consumidores.

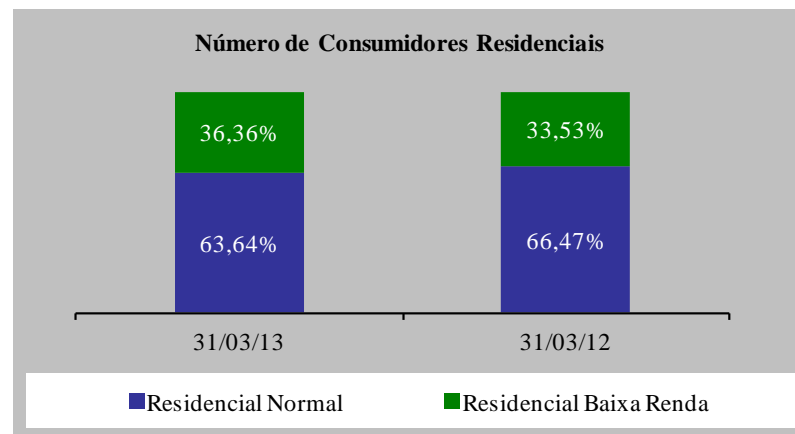
A classe industrial apresentou queda de 3,13%, quando comparados os meses de março de 2013 e março de 2012. A redução do número de consumidores foi um reflexo do processo de desindustrialização por que passa a economia norte-riograndense.

Comentário do Desempenho

2.1.1.1 PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO



2.1.1.2 PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL



O número de consumidores residenciais corresponde a 85,60% do total, equivalente a 1.047.526 consumidores. A participação de clientes de baixa renda mostra um acréscimo comparado com o mesmo período do ano anterior, motivado por intensificação de ações e divulgação dos critérios para as famílias elegíveis ao direito da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE.

Comentário do Desempenho

2.1.2 CONSUMO

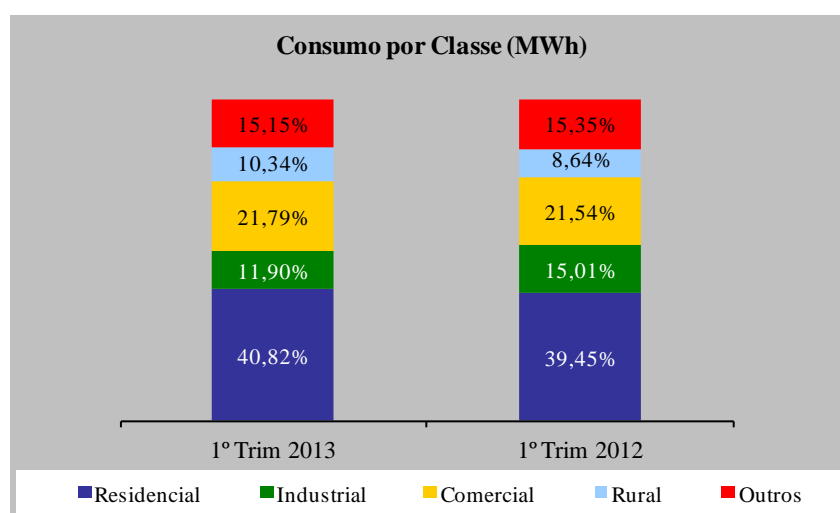
	Evolução do Consumo por classe em MWh				
	1º Trim.		Variação Vertical %		Variação Horizontal %
	2013	2012	1º Trim/13	1º Trim/12	1º Trim/13 -1º Trim/12
Residencial	445.877	407.523	40,82%	39,45%	9,41%
Industrial	130.013	155.086	11,90%	15,01%	-16,17%
Comercial	237.978	222.554	21,79%	21,54%	6,93%
Rural	112.920	89.269	10,34%	8,64%	26,49%
Poder público	63.906	57.453	5,85%	5,56%	11,23%
Iluminação pública	37.077	37.571	3,39%	3,64%	-1,31%
Serviço público	63.227	62.410	5,79%	6,04%	1,31%
Subtotal	1.090.998	1.031.866	99,88%	99,89%	5,73%
Consumo próprio	1.265	1.173	0,12%	0,11%	7,88%
Total	1.092.264	1.033.039	100,00%	100,00%	5,73%

No primeiro trimestre de 2013 o mercado cativo da Companhia apresentou um acréscimo de 5,73%, em relação ao mesmo período de 2012, o que representa um aumento de 59.225 MWh, com acréscimos significativos nas classes rural, poder público e residencial.

A maior evolução 26,49% ocorreu na classe rural devido à maior utilização de irrigação artificial em razão da pouca ocorrência de chuvas.

A classe industrial teve uma queda de 16,17%, justificado pelos setores têxteis e de confecções que vem demonstrando declínio nos últimos meses, inclusive com o fechamento de importantes indústrias.

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE EM MWh



Comentário do Desempenho

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

CCEARs	%	Contratos		Residencial	%
617.799	50,97	1.212.028		445.877	40,82
965.955	81,79	1.181.069		407.523	39,45
PROINFA	%	Mercado Livre		Industrial	%
25.021	2,06	189.473		130.013	11,90
25.019	2,12	158.313		155.086	15,01
Termoaçu	%	Perdas Rede Básica	Injetada	Comercial	%
188.007	15,51	(28.199)	1.470.556	237.978	21,79
190.095	16,10	(30.228)	1.356.626	222.554	21,54
ANGRA	%	Sobras ou Déficit		Rural	%
13.631	1,12	97.106		112.920	10,34
-	0,00	47.338		89.269	8,64
QUOTAS	%	Intercâmbio		Outros	%
367.570	30,33	148		165.476	15,15
-	0,00	134		158.607	15,35
Mercado Próprio	%			Mercado Livre	%
1.092.264	74,28			189.473	12,88
1.033.039	76,15			158.313	11,67
Perda Distribuição	%			Intercâmbio	%
188.671	12,83			148	0,01
165.140	12,17			134	0,01

Legenda:

1º Trimestre de 2013
1º Trimestre de 2012

O Balanço Energético da Companhia indica que 50,97% da energia circulada pela rede da distribuidora foi proveniente de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. O restante 49,03%, foi atendido pela Termoaçu, pelo Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, Angra e Quotas de energia e potência.

O mercado livre exigiu a entrega de 189.473 MWh de energia durante o primeiro trimestre de 2013, representando um acréscimo de 14,25% em relação ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo movimento de migração de alguns consumidores para o mercado livre. O movimento de migração para o mercado livre dos clientes em condições de optar pelo fornecedor de energia elétrica iniciou-se em maio de 2002, representando neste trimestre, 13,52% da energia injetada pela Companhia.

Comentário do Desempenho

4. INVESTIMENTOS

	<u>1º Trimestre/13</u>
	Investimento
	<u>Total</u>
Distribuição	32.385
Administração	1.107
Total	<u>33.492</u>

A Companhia vem realizando investimentos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. Neste trimestre foram investidos cerca de R\$ 33.492.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados a projetos de ampliação e reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações e extensão de redes.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia. Os principais projetos em andamento são:

- Expansão e renovação em subestações e linhas de alta tensão;
- Expansão e renovação de redes de distribuição;
- Automação e Telecomunicações do sistema de distribuição;
- Instalação de medidores;
- Novas ligações;
- Aquisição de veículos.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO PERÍODO

	<u>1º Trimestre</u>		<u>Variação</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>%</u>
Receita bruta	461.069	459.176	1.893	0,41%
Deduções da receita bruta	(129.958)	(142.359)	12.401	-8,71%
Receita líquida	331.111	316.817	14.294	4,51%
Custos de bens e/ou serviços vendidos	(266.955)	(204.207)	(62.748)	30,73%
Resultado bruto	64.156	112.610	(48.454)	-43,03%
Despesas com vendas / Gerais e administrativas	(28.445)	(32.720)	4.275	-13,07%
Resultado do serviço	35.711	79.890	(44.179)	-55,30%
Amortização	14.065	13.311	754	5,66%
EBITDA	49.776	93.201	(43.425)	-46,59%
Resultado financeiro	6.988	2.035	4.953	243,39%
Lucro antes dos impostos	42.699	81.925	(39.226)	-47,88%
IR e CSLL	(7.781)	(12.621)	4.840	-38,35%
Lucro do Período	34.918	69.304	(34.386)	-49,62%

Comentário do Desempenho

5.1.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou, no primeiro trimestre de 2013, uma Receita Bruta 0,41% superior à alcançada no mesmo período de 2012, enquanto que a Receita Líquida teve um acréscimo de 4,51% quando comparados os primeiros trimestres dos exercícios 2013 e 2012. Dado as variações acima houve um acréscimo de R\$ 1.893 na Receita Bruta e de R\$ 14.294 na Receita Líquida.

Os fatores determinantes da variação na Receita Líquida foram:

- Crescimento da receita com fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 17.245, devido principalmente a:
 - ✓ Reajuste tarifário de 10,28%, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº. 1.278 de 20 de abril de 2012, aplicado a partir de 22 de abril de 2012;
 - ✓ Crescimento de 5,73% no consumo de energia elétrica equivalente a 59.225 MWh em relação ao mesmo período de 2012, devido principalmente ao crescimento normal do mercado (consumidores x consumo x tarifa);
 - ✓ Efeito da Resolução Homologatória nº 1.413, de 24 de janeiro de 2013, que reduziu as tarifas de energia da Companhia.
- Crescimento de outras receitas no montante de R\$ 8.193, devido ao ressarcimento de energia que reverteu parte das despesas da parcela variável.

Comentário do Desempenho

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	1º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Custos e Despesas Não Gerenciáveis				
Energia elétrica comprada para revenda	(190.285)	(119.717)	(70.568)	58,95%
Encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição	(10.095)	(18.156)	8.061	-44,40%
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica – TFSEE	(635)	(636)	1	-0,16%
	<u>(201.015)</u>	<u>(138.509)</u>	<u>(62.506)</u>	<u>45,13%</u>
Custos e Despesas Gerenciáveis				
Pessoal e Administradores	(15.392)	(18.891)	3.499	-18,52%
Material	(1.155)	(860)	(295)	34,30%
Serviços de terceiros	(21.485)	(18.257)	(3.228)	17,68%
Amortização	(14.065)	(13.311)	(754)	5,66%
Provisões líquidas - PCLD	2.324	(714)	3.038	-425,49%
Perdas contas a receber/consumidores	(244)	(2.952)	2.708	-91,73%
Provisões líquidas - Contingências	(2.001)	(252)	(1.749)	694,05%
Custo de construção	(39.816)	(40.243)	427	-1,06%
Outros Custos e Despesas Gerenciáveis	(2.551)	(2.938)	387	-13,17%
	<u>(94.385)</u>	<u>(98.418)</u>	<u>4.033</u>	<u>-4,10%</u>
Total	<u>(295.400)</u>	<u>(236.927)</u>	<u>(58.473)</u>	<u>24,68%</u>

Os custos e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2013 tiveram um aumento de 24,68%, correspondente a R\$ 58.473, em relação ao mesmo trimestre do exercício de 2012.

O principal fator que contribuiu para esse fato foi o crescimento do custo com energia elétrica comprada para revenda no montante de R\$ 70.568 devido principalmente a:

- ✓ Acionamento das usinas térmicas que eleva o valor da parcela variável;
- ✓ Encargo de segurança energética;
- ✓ Exposição involuntária;
- ✓ Risco hidrológico;
- ✓ Frustração de aproximadamente 25% no resultado líquido das cotas-parte estabelecidas pela ANEEL (Lei 12.783/2013); e
- ✓ Elevação do preço de liquidação das diferenças (PLD);
- ✓ Os custos teriam sido mais elevados se não fossem os recursos da CDE destinados a cobrir os custos adicionais com risco hidrológico, frustração das cotas e ESS segurança energética, conforme Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013.

Comentário do Desempenho

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	1º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	3.167	5.438	(2.271)	-41,76
Juros, comissões e acréscimo moratório	8.782	8.682	100	1,15
Encargos, variação monetária, variação cambial e swap (líquidas)	(3.600)	(10.672)	7.072	-66,27
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.361)	(1.413)	52	-3,68
Total	<u>6.988</u>	<u>2.035</u>	<u>4.953</u>	<u>243,39</u>

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido de R\$ 6.988 positivo no primeiro trimestre de 2013, contra R\$ 2.035 positivo no mesmo período de 2012.

Os fatos que contribuíram para o resultado deste trimestre foram:

Decréscimo de R\$ 2.271 em Renda de aplicações financeiras justificado pela redução do volume aplicado e redução do CDI nesse período que sofreu uma variação negativa de 34,29% em relação ao período anterior.

- Acréscimo de R\$ 7.072 em Encargos, variação monetária, variação cambial e swap (líquidas) devido principalmente a:
 - ✓ registro da receita financeira da concessão; e
 - ✓ atualização monetária dos contratos de parcelamento em função dos índices de atualização dos contratos, IPCA e IGPM, serem superiores aos do período anterior.

Comentário do Desempenho

6. PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado até		Varição %
	31/03/13	31/03/12	2013-2012
<u>Indicadores Econômicos</u>			
Receita Operacional Bruta	461.069	459.176	0,41%
Receita Operacional Líquida	331.111	316.817	4,51%
EBITDA	49.776	93.201	-46,59%
Resultado do Serviço	(266.955)	79.890	-434,15%
Resultado Financeiro	6.988	2.035	243,39%
Lucro Líquido	34.918	69.304	-49,62%
Margem EBITDA (%)	15,03%	29,42%	-48,91%
Margem Operacional (%)	-80,62%	25,22%	-419,67%
Margem Líquida (%)	10,55%	21,88%	-51,78%
<u>Indicadores Financeiros</u>			
Ativo Total	1.848.572	1.736.265	6,47%
Dívida Bruta	584.636	603.738	-3,16%
Patrimônio Líquido	866.666	841.093	3,04%
Investimentos	33.492	35.875	-6,64%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos	385.615	377.623	2,12%
Dívida Total Líquida/(Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	30,79%	30,99%	-0,65%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	-22,88%	-34,40%	-33,49%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	46,88%	48,44%	-3,22%

Em 31 de março de 2013 a dívida bruta, incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos totalizam R\$ 584.636, 3,16% inferior ao mesmo período do ano anterior em razão das amortizações efetuadas no período.

Indicadores de Produtividade (*)			Varição %
	31/03/13	31/03/12	2013-2012
Nº de Empregados	741	737	0,54%
Nº de Consumidores	1.223.696	1.172.032	4,41%
Consumidores/Empregados	1.651	1.590	3,84%
Receita Operacional Líquida/Empregados	447	430	3,95%

Em março de 2013 o quadro de empregados da empresa teve um aumento de 0,54% em relação ao mesmo período do ano anterior. O número de consumidores apresentou um acréscimo de 4,41% e a receita líquida cresceu 4,51%, refletindo no crescimento da relação Consumidores / Empregados.

Comentário do Desempenho

Conciliação EBITDA	1º Trimestre		Variação %
	2013	2012	2013-2012
Lucro líquido	34.918	69.304	-49,62%
Despesas financeiras	16.009	20.385	-21,47%
Receitas financeiras	(22.997)	(22.420)	2,57%
Imposto de renda	33.632	22.145	51,87%
Imposto de renda incentivo SUDENE	(27.860)	(11.608)	140,01%
Amortização	14.065	13.311	5,66%
Amortização de ágio	2.009	2.084	-3,60%
EBITDA	49.776	93.201	-46,59%

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/03/13	31/12/12 (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	188.842	124.924
Contas a receber de clientes e outros	4	204.408	241.643
Títulos e valores mobiliários	5	10.179	12.982
Recursos CDE	6	47.060	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	48.908	55.320
Estoques		2.689	2.647
Despesas pagas antecipadamente		3.517	2.183
Entidade de previdência privada		228	399
Serviços em curso	8	9.871	10.967
Outros ativos circulantes	12	8.377	6.950
TOTAL DO CIRCULANTE		524.079	458.015
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	199.200	200.023
Impostos e contribuições a recuperar	7	11.152	12.220
Impostos e contribuições diferidos	9	126.012	108.772
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora			-
Depósitos judiciais	10	23.031	21.903
Entidade de previdência privada		3.799	4.307
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	11	332.826	320.911
Outros ativos não circulantes	12	821	822
Investimentos		1.572	1.572
Intangível	13	626.080	621.452
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.324.493	1.291.982
TOTAL DO ATIVO		1.848.572	1.749.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/03/13	31/12/12 (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	182.763	129.846
Empréstimos e financiamentos	15	72.908	67.143
Debêntures	16	37.890	36.578
Salários e encargos a pagar	17	9.425	10.120
Taxas regulamentares	18	11.173	13.323
Impostos e contribuições a recolher	19	67.505	50.880
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	50.791	50.792
Provisões	21	11.295	11.275
Outros passivos circulantes	22	26.473	26.967
TOTAL DO CIRCULANTE		470.223	396.924
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	10.458	10.289
Empréstimos e financiamentos	15	437.514	450.033
Debêntures	16	36.324	36.299
Taxas regulamentares	18	363	475
Provisões	21	23.103	20.264
Outros passivos não circulantes	22	3.921	3.546
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		511.683	520.906
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23	179.787	179.787
Reservas de capital		266.766	266.766
Reservas de lucros		385.949	385.949
Outros resultados abrangentes		(754)	(335)
Lucro líquido do período		34.918	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		866.666	832.167
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.848.572	1.749.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
 Períodos findos em 31 de março
 Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	<u>Notas</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
RECEITA LÍQUIDA	24	331.111	316.817
CUSTO DO SERVIÇO	25	(266.955)	(204.207)
LUCRO BRUTO		64.156	112.610
Despesas com vendas	25	(12.300)	(16.682)
Despesas gerais e administrativas	25	(16.145)	(16.038)
LUCRO OPERACIONAL		35.711	79.890
Receitas financeiras	26	22.997	22.420
Despesas financeiras	26	(16.009)	(20.385)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		42.699	81.925
Imposto de renda e contribuição social		(7.781)	(12.621)
Corrente	9	(52.665)	(20.936)
Diferido	9	19.033	(1.209)
Imposto de renda - SUDENE	9	27.860	11.608
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL		(2.009)	(2.084)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>34.918</u>	<u>69.304</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO			
ON		0,20312	0,40315
PNA		0,22343	0,44347
PNB		0,22343	0,44347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas ExplicativasCOMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
Lucro do período	34.918	69.304
Outros resultados abrangentes do exercício		
Ajustes ativos financeiros da Concessão	-	2.547
Ganhos/perdas atuariais plano Benefício Definido (BD)	(635)	546
Tributos s/ ajustes ativos financeiros e ganhos/perdas atuariais	216	(1.052)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	(419)	2.041
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	<u>34.499</u>	<u>71.345</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Reserva de capital					Reservas de lucros					Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido		
	Remuneração de bens e direitos	Reserva especial	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes			Lucros Acumulados	
Em 31 de dezembro de 2011	179.787	4.648	179.315	82.428	375	146.984	35.957	-	-	149	7.620	-	132.486	769.749
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.304	-	69.304
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.681	-	-	1.681
Ganhos/perdas atuariais plano Benefício Definido (BD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	360	-	-	360
Em 31 de março de 2012 (Reapresentado)	179.787	4.648	179.315	82.428	375	146.984	35.957	-	-	149	9.661	69.304	132.486	841.094
Em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	179.787	4.648	179.315	82.428	375	190.324	35.957	138.095	21.424	149	(335)	-	-	832.167
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.918	-	34.918
Ganhos/perdas atuariais plano Benefício Definido (BD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(419)	-	-	(419)
Em 31 de março de 2013	179.787	4.648	179.315	82.428	375	190.324	35.957	138.095	21.424	149	(754)	34.918	-	866.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA
 Períodos findos em 31 de março
 Em milhares de reais

	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do período antes do imposto renda e contribuição social	42.699	81.925
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização (*)	14.309	13.554
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	11.245	11.999
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(2.404)	(1.681)
Valor residual do ativo intangível baixado	1	(53)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	2.001	251
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.312	(731)
	<u>70.163</u>	<u>105.264</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	35.746	4.604
IR e CSLL a recuperar	(14.573)	(6.077)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	21.841	41
Estoques	(42)	158
Recursos CDE	(47.060)	-
Depósitos judiciais	(1.001)	(306)
Despesas pagas antecipadamente	(1.334)	(1.731)
Entidade de previdência privada	44	171
Outros ativos	(392)	(4.997)
	<u>(6.771)</u>	<u>(8.137)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	42.522	2.921
Salários e encargos a pagar	(695)	6.393
Encargos de dívidas e swap pagos	(4.591)	(4.859)
Taxas regulamentares	(2.262)	1.199
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(13.653)	(6.222)
Impostos e contribuições sociais a recolher, exceto IR e CSLL	5.685	2.298
Outros passivos	10.445	2.425
	<u>37.451</u>	<u>4.155</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>100.843</u>	<u>101.282</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(28.445)	(31.654)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(976)	(77.316)
Resgate de títulos e valores mobiliários	3.881	9.515
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(25.540)</u>	<u>(99.455)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	922	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(12.364)	(11.654)
Obrigações vinculadas	58	986
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1)	(5.118)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(11.385)</u>	<u>(15.786)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>63.918</u>	<u>(13.959)</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	124.924	154.560
Caixa e equivalentes no final do exercício	188.842	140.601
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>63.918</u>	<u>(13.959)</u>

(*) Valor bruto, não deduzidos os créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	461.069	459.176
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.080	(3.665)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(13)	(290)
	<u>463.136</u>	<u>455.221</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(214.874)	(131.455)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(11.535)	(20.299)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(66.217)	(61.644)
	<u>(292.626)</u>	<u>(213.398)</u>
Valor adicionado bruto	<u>170.510</u>	<u>241.823</u>
Amortização (*)	(14.310)	(13.555)
Valor adicionado líquido	<u>156.200</u>	<u>228.268</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	22.997	22.420
Valor adicionado total a distribuir	<u>179.197</u>	<u>250.688</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	9.465	11.379
Encargos sociais (exceto INSS)	2.276	2.599
Entidade de previdência privada	566	858
Auxílio alimentação	1.152	1.456
Convênio assistencial e outros benefícios	694	696
Despesas com desligamento	726	88
Férias e 13º salário	1.625	1.020
Plano de saúde	547	515
Indenizações trabalhistas	337	1
Participação nos resultados	503	2.511
Administradores	305	657
Encerramento de ordem em curso	4	-
(-) Transferência para ordens	(4.941)	(5.342)
	<u>13.259</u>	<u>16.438</u>
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	2.133	2.448
ICMS	78.329	78.165
PIS/COFINS sobre faturamento	17.039	24.784
Imposto de renda e contribuição social	7.781	12.621
Obrigações intra-setoriais	8.787	25.714
Outros	791	691
	<u>114.860</u>	<u>144.423</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	14.229	18.562
Aluguéis	151	136
Outros	1.780	1.825
	<u>16.160</u>	<u>20.523</u>
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucro do Período	34.918	69.304
Valor adicionado distribuído	<u>179.197</u>	<u>250.688</u>

(*) Valor bruto, não deduzidos os créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“COSERN” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A., (“NEOENERGIA”) é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia relacionada com atividades no âmbito do Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal – Rio Grande do Norte.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº. 08, firmado em 31 de dezembro de 1997 com vigência até 31 de dezembro de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração desta demonstração intermediária em 13 de maio de 2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao período findo em 31 de março de 2013 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com CPC 21 – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em conformidade com IAS 34 – Interim financial review.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.2 Base de apresentação

A demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, exceto pela aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012, conforme disposto a seguir:

Aplicação CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados

Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil engloba as alterações relativas a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano.

A seguir estão apresentados os efeitos sobre os saldos divulgados em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentados meramente para fins de comparabilidade e não produzem efeitos acerca dos saldos divulgados e aprovados anteriormente.

	Balanco Patrimonial					
	31/03/2012			31/12/2012		
	Publicado	Efeito CPC 33 (R1)	Reapresentado	Publicado	Efeito CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE	519.897	-	519.897	458.015	-	458.015
NÃO CIRCULANTE	1.216.008	360	1.216.368	1.292.317	(335)	1.291.982
ATIVO TOTAL	<u>1.735.905</u>		<u>1.736.265</u>	<u>1.750.332</u>		<u>1.749.997</u>
PASSIVO						
CIRCULANTE	321.097	-	321.097	396.924	-	396.924
NÃO CIRCULANTE	574.075	-	574.075	520.906	-	520.906
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	840.733	360	841.093	832.502	(335)	832.167
PASSIVO EPATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	<u>1.735.905</u>		<u>1.736.265</u>	<u>1.750.332</u>		<u>1.749.997</u>

	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Em 31/12/2012						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	179.787	266.766	385.949	-	-	-	832.502
Efeitos CPC 33 (R1)				(335)			(335)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	<u>179.787</u>	<u>266.766</u>	<u>385.949</u>	<u>(335)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>832.167</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	7.663	5.406
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.000	925
Fundos de investimento	<u>180.179</u>	<u>118.593</u>
	<u>188.842</u>	<u>124.924</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDBs e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDBs, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas pela empresa a percentuais que variam de 96,5% a 100%, o do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Consumidores	(a)	438.930	475.372
Títulos a receber		1.080	1.067
Comercialização de energia na CCEE	(b)	3.821	8.950
Disponibilização do sistema de distribuição		5.485	6.455
Serviços prestados a terceiros		2.142	2.131
Subvenções	(c)	14.266	11.402
Outros créditos		2.045	2.762
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	<u>(64.161)</u>	<u>(66.473)</u>
Total		<u>403.608</u>	<u>441.666</u>
Circulante		204.408	241.643
Não circulante		199.200	200.023

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Setor privado							
Residencial	23.334	26.592	11.956	61.882	74.781	(11.956)	(11.756)
Industrial	8.831	1.221	5.051	15.103	19.552	(5.051)	(4.890)
Comercial, serviços e outras	34.233	8.218	7.468	49.919	61.745	(6.406)	(9.262)
Rural	4.424	2.452	15.020	21.896	25.566	(14.097)	(13.955)
	<u>70.822</u>	<u>38.483</u>	<u>39.495</u>	<u>148.800</u>	<u>181.644</u>	<u>(37.510)</u>	<u>(39.863)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	2.990	386	83	3.459	3.756	(83)	(85)
Estadual	139.991	5.581	29	145.601	140.253	(8)	(5)
Municipal	60.941	1.904	18.182	81.027	82.007	(18.182)	(18.113)
	<u>203.922</u>	<u>7.871</u>	<u>18.294</u>	<u>230.087</u>	<u>226.016</u>	<u>(18.273)</u>	<u>(18.203)</u>
Iluminação pública	2.135	1.052	771	3.958	4.224	(674)	(666)
Serviço público	4.228	465	6.624	11.317	14.832	(6.624)	(6.674)
Fornecimento não faturado	44.768	-	-	44.768	48.656	-	-
Total	<u>325.875</u>	<u>47.871</u>	<u>65.184</u>	<u>438.930</u>	<u>475.372</u>	<u>(63.081)</u>	<u>(65.406)</u>
Circulante				279.587	274.568	(63.081)	(65.406)
Não circulante				159.343	200.804	-	-

No contas a receber estão incluídos valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, acrescidos de juros e multa calculados pro rata temporis.

Do saldo total, o montante de R\$ 141.520 (R\$ 140.325 em 31 de dezembro de 2012), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito CD-0103/2006, CD-0023/2011 e CD-0024/2011.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito. O saldo apresentado está líquido da PCLD no montante de R\$ 12.396 (R\$ 12.396 em 31 de dezembro de 2012), vide item (d).

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Subvenções

Baixa renda – tarifa social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº. 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº. 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 31 de março de 2013 é R\$ 10.684, (R\$ 11.402 em 31 de dezembro de 2012), relativo às subvenções dos meses de fevereiro e março de 2013.

CDE

Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária. O montante de R\$ 3.582 refere-se à subvenção de março de 2013, a receber em abril de 2013.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº. 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Títulos a			CCEE	Outros ativos	Total
	Consumidores	receber	Subtotal			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(69.054)	(952)	(70.006)	-	(17.031)	(87.037)
Adições	(4.839)	(115)	(4.954)	(12.396)	-	(17.350)
Reversões	8.487	-	8.487	-	31	8.518
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(65.406)	(1.067)	(66.473)	(12.396)	(17.000)	(95.869)
Adições	(1.213)	(13)	(1.226)	-	-	(1.226)
Reversões	3.538	-	3.538	-	-	3.538
Saldos em 31 de março de 2013	(63.081)	(1.080)	(64.161)	(12.396)	(17.000)	(93.557)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro – LFT.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/13	31/12/12
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	4.967	4.572
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	10	10
Bradesco	(2)	LFT	mar-13	CDI	11	11
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	5.191	8.389
Total					<u>10.179</u>	<u>12.982</u>
Circulante					10.179	12.982

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(1) Aplicações compostas por papéis de baixa liquidez.

(2) Constitui garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	17.452
Aplicações	114.937
Resgates	(120.513)
Remuneração	1.106
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>12.982</u>
Aplicações	976
Resgates	(3.881)
Remuneração	102
Saldo em 31 de março de 2013	<u>10.179</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. RECURSOS CDE

	<u>Ref</u>	<u>31/03/13</u>
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	(a)	20.481
Risco Hidrológico	(b)	12.540
Frustração de cotas	(c)	<u>14.039</u>
		<u>47.060</u>

Em outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termoeletricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroelétricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia contratada.

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário. Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorrerão ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à ANEEL a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

(a) Encargo do Serviço do Sistema

Custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;

(b) Risco Hidrológico

Valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios; e

(c) Frustração de cotas

Custo da exposição no mercado de curto prazo em função da frustração dos montantes das cotas, em decorrência da não adesão à renovação de algumas usinas.

A ANEEL através do Despacho 1.312, de 30 de abril de 2013, homologou os valores definitivos da CDE referentes aos ajustes de janeiro de 2013 e as competências de fevereiro e março de 2013 a serem repassadas pela Eletrobrás até 06 de maio de 2013, às

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

concessionárias de distribuição com recursos CDE, publicado no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2013.

Conforme decisão da Diretoria da ANEEL, de 09 de abril de 2013, a CCEE divulgou Calendário Operacional – CO 156/13, informando que as contabilizações de fevereiro e março/13 foram processadas individualmente e que o aporte de garantias e a liquidação financeira dessas operações ocorreram de forma unificada em 07 de maio de 2013.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Circulante			
Imposto de renda - IR	(1)	15.230	8.851
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(1)	10.064	2.082
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(2)	9.391	35.789
Programa de integração social - PIS	(3)	2.266	1.342
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(3)	10.688	6.181
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		609	464
Imposto sobre serviços - ISS		660	611
		<u>48.908</u>	<u>55.320</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(2)	11.152	12.220
Total		<u>60.060</u>	<u>67.540</u>

- (1) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) corresponde às antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos, saldo negativo do Imposto de Renda (IR) e base de cálculo negativa da CSLL, referente ao período de 2008 a 2012.
- (2) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está composto da seguinte forma:
- (a) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 19.733 (R\$ 21.129, em 31 de dezembro de 2012).
- (b) Diversos créditos de ICMS a recuperar no montante de R\$ 810 (R\$ 26.880 em 31 de dezembro de 2012).
- (3) PIS e COFINS a compensar decorrente das antecipações de órgãos públicos e do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R\$ 12.954 (R\$ 7.523 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. SERVIÇOS EM CURSO

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Serviço próprio	1.463	2.506
Serviços prestados a terceiros	<u>8.408</u>	<u>8.461</u>
Total	<u><u>9.871</u></u>	<u><u>10.967</u></u>

As Ordens de Serviço em Curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Imposto de renda e contribuição social	(a)	<u>32.626</u>	<u>13.377</u>
Diferido ativo		67.241	48.586
Diferido passivo		(34.615)	(35.209)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	<u>93.386</u>	<u>95.395</u>
Total		<u><u>126.012</u></u>	<u><u>108.772</u></u>
Não circulante		126.012	108.772

(1) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições diferidos pelo líquido, conforme CPC 32.

	Ativo			
	<u>31/03/13</u>		<u>31/12/12</u>	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	83.411	20.853	49.265	12.316
	<u>83.411</u>	<u>20.853</u>	<u>49.265</u>	<u>12.316</u>
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	130.809	11.773	11.783	1.061
	<u>130.809</u>	<u>11.773</u>	<u>11.783</u>	<u>1.061</u>
Total		<u><u>32.626</u></u>		<u><u>13.377</u></u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/03/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55.388	55.388	57.498	57.498
Provisão para contingências	34.285	34.285	31.425	31.425
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	3.754	3.754	3.251	3.251
Incentivo fiscal Sudene	-	-	37.482	-
Ajustes RTT				
Déficit plano previdenciário	134	134	134	134
Ativos e passivos regulatórios	99.872	99.872	19.502	19.502
Outros	1.091	1.091	923	923
Total Ativo	196.623	196.623	152.314	114.832
Passivo (-)				
Incentivo fiscal Sudene	(47.398)	-	-	-
Ajustes RTT				
Aplicação do "hedge accounting"	(456)	(456)	(427)	(427)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(34.862)	(34.862)	(32.458)	(32.458)
Ajuste da quota anual de amortização	(5.086)	(5.086)	(4.787)	(4.787)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(13.283)	(13.283)	(14.724)	(14.724)
Déficit plano previdenciário	(165)	(165)	(165)	(165)
Superávit plano previdenciário	(5.136)	(5.136)	(5.644)	(5.644)
Ativos e passivos regulatórios	(4.866)	(4.866)	(42.581)	(42.581)
Custo de captação	(1.960)	(1.960)	(2.263)	(2.263)
Total Passivo	(113.212)	(65.814)	(103.049)	(103.049)
Total Líquido	83.411	130.809	49.265	11.783

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371/2002.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março 2013 e 2012:

Ref.	Períodos findos em			
	31/03/13		31/03/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	42.699	42.699	81.925	81.925
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(2.009)	(2.009)	(2.084)	(2.084)
Ajustes decorrentes do RTT	(a) 116.970	116.970	(19.728)	(19.728)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	157.660	157.660	60.113	60.113
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	39.415	14.189	15.028	5.410
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	10	3	20	7
Multas indedutíveis	2	1	7	3
Depreciação veículos executivos	42	15	70	25
Outras adições	7	2	-	-
	61	21	97	35
(-) Exclusões				
Equivalência patrimonial	-	-	-	-
Reversão da provisão do ágio	(976)	(349)	(1.011)	(364)
Incentivo fiscal SUDENE	(27.860)	-	(11.608)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(173)	-	(218)	-
Outras exclusões	(6)	-	(10)	-
	(29.015)	(349)	(12.847)	(364)
Imposto de renda e contribuição social no período	10.461	13.861	2.278	5.081
Diferido de diferença temporária de RTT	(8.023)	(10.527)	1.402	1.776
Imposto de renda e contribuição social no resultado	2.438	3.334	3.680	6.857
Corrente	10.816	13.989	3.725	5.603
Recolhidos e Pagos	5.662	7.957	2.283	3.939
Á pagar	4.942	6.032	1.400	1.664
Impostos antecipados a recuperar	212	-	42	-
Diferido	(8.378)	(10.655)	(45)	1.254
	2.438	3.334	3.680	6.857

(a) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº. 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº. 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPCs: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01- (R1) (Contratos de Concessão).

(2) Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n.ºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Trabalhistas	7.539	6.966
Cíveis	2.533	2.106
Fiscais:	<u>12.959</u>	<u>12.831</u>
PIS / COFINS	2.860	2.842
Impostos municipais	398	395
INSS	6.968	6.873
CSLL	825	813
Outros	<u>1.908</u>	<u>1.908</u>
Total	<u><u>23.031</u></u>	<u><u>21.903</u></u>

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

11. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n.º. 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº. 14).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos saldos referentes a concessão do serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2011		144.781
Baixas		(760)
Transferências		155.975
Atualização monetária		<u>20.915</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012		<u>320.911</u>
Transferências	(a)	9.511
Atualização monetária		<u>2.404</u>
Saldo em 31 de março de 2013		<u><u>332.826</u></u>

(a) Transferência do intangível em curso pelo processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 9.511.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em dezembro de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12. OUTROS ATIVOS

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Adiantamentos a empregados		4.065	2.919
Adiantamentos a fornecedores		-	43
Serviços prestados a terceiros		898	933
RGR a compensar		445	445
Dispêndios a reembolsar em curso	(a)	1.275	1.266
Uso mútuo de postes		915	459
Outros créditos a receber		<u>1.600</u>	<u>1.707</u>
Total		<u><u>9.198</u></u>	<u><u>7.772</u></u>
Circulante		8.377	6.950
Não circulante		821	822

Apresentado líquido da Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, no montante de R\$ 17.030 (R\$ 17.031 em 31 de dezembro de 2012), vide nota 5, item d), referente a adiantamento efetuado a Cooperativas em razão de acordo firmado para aquisição e incorporação de acervos elétricos, vide nota 5, item (d).

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

13. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/03/2013				31/12/12	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização		Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
	(%)	Custo				
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,75	721.641	(239.256)	35.173	517.558	516.448
Em curso						
Direito de uso da concessão		97.566	-	10.956	108.522	105.004
Total		819.207	(239.256)	46.129	626.080	621.452

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	721.744	(178.020)	18.363	562.087	86.184	9.708	95.892	657.979
Adições	-	-	-	-	176.085	(1.931)	174.154	174.154
Baixas	(19.326)	16.225	-	(3.101)	-	-	-	(3.101)
Amortizações	-	(61.473)	6.707	(54.766)	-	-	-	(54.766)
Transferências - Intangíveis	105.765	-	(2.221)	103.544	(105.765)	2.221	(103.544)	-
Transferências - Ativos financeiros	(101.951)	-	10.602	(91.349)	(65.642)	1.016	(64.626)	(155.975)
Transferências - Outros	-	43	(10)	33	3.128	-	3.128	3.161
Saldos em 31 de dezembro de 2012	706.232	(223.225)	33.441	516.448	93.990	11.014	105.004	621.452
Adições	-	-	-	-	28.445	(58)	28.387	28.387
Baixas	(11)	10	-	(1)	-	-	-	(1)
Amortizações	-	(16.041)	1.732	(14.309)	-	-	-	(14.309)
Transferências - Intangíveis	15.420	-	-	15.420	(15.420)	-	(15.420)	-
Transferências - Ativos financeiros	-	-	-	-	(9.511)	-	(9.511)	(9.511)
Transferências - Outros	-	-	-	-	62	-	62	62
Saldos em 31 de março de 2013	721.641	(239.256)	35.173	517.558	97.566	10.956	108.522	626.080

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado e pela Administração da Companhia como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (vide nota explicativa nº 11).

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o conseqüente um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O fluxo de caixa foi projetado com base nos resultados operacionais e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Energia elétrica	163.046	96.721
Terceiros	161.988	95.675
Partes relacionadas	1.058	1.046
Encargos de uso da rede	<u>5.802</u>	<u>11.164</u>
Terceiros	5.796	11.152
Partes relacionadas	6	12
Materiais e serviços	<u>13.915</u>	<u>21.962</u>
Terceiros	13.735	21.886
Partes relacionadas	180	76
Energia livre	<u>10.458</u>	<u>10.288</u>
Total	<u>193.221</u>	<u>140.135</u>
Circulante	182.763	129.846
Não circulante	10.458	10.289

O saldo de não circulante refere-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº. 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28/09/2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22/11/2010 a liminar foi deferida.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/03/13	31/12/12
Moeda nacional							
BNB		81	-	24.942	58.306	83.329	90.332
(-) Custos de transação	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	-	-	(114)	(107)	(221)	-
Operações com swap		-	-	-	-	-	-
		<u>81</u>	<u>-</u>	<u>24.828</u>	<u>58.199</u>	<u>83.108</u>	<u>90.332</u>
BNDES FINEM	TJLP+ 3,20% a.a. /8,06% a.a.	433	-	29.733	114.477	144.643	147.363
Eletrobrás	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	-	2.664	8.261	10.925	11.681
FINEP	5,27% a.a. a 5,34% a.a.	35	-	2.996	13.229	16.260	17.011
(-) Custos de transação		-	-	(36)	(67)	(103)	(113)
		<u>35</u>	<u>-</u>	<u>2.960</u>	<u>13.162</u>	<u>16.157</u>	<u>16.898</u>
Banco do Brasil	13,55% a.a / 13,76% a.a.	17.099	20.918	-	232.958	270.975	266.963
(-) Custos de transação		-	-	(1.130)	(506)	(1.636)	(1.895)
Operações com swap		-	-	-	(7.444)	(7.444)	(7.821)
		<u>17.099</u>	<u>20.918</u>	<u>(1.130)</u>	<u>225.008</u>	<u>261.895</u>	<u>257.247</u>
Total moeda nacional		<u>17.648</u>	<u>20.918</u>	<u>59.055</u>	<u>419.107</u>	<u>516.728</u>	<u>523.521</u>
Moeda estrangeira							
BANK OF AMERICA		168	-	(70)	18.943	19.041	19.297
Operações com swap		-	-	(3.893)	(100)	(3.993)	(4.614)
		<u>168</u>	<u>-</u>	<u>(3.963)</u>	<u>18.843</u>	<u>15.048</u>	<u>14.683</u>
Total moeda estrangeira		<u>168</u>	<u>-</u>	<u>(3.963)</u>	<u>18.843</u>	<u>15.048</u>	<u>14.683</u>
(-) Garantias depósitos vinculados		-	-	-	(21.354)	(21.354)	(21.028)
Total		<u>17.816</u>	<u>20.918</u>	<u>55.092</u>	<u>416.596</u>	<u>510.422</u>	<u>517.176</u>

(a) Captações e renegociações de recursos no período:

a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu em março de 2013 o montante de R\$ 922 para financiamento dos investimentos realizados em 2011 e 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº. 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants):

O contrato mantido com Bank Of América prevê cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/13			31/12/12		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2014	196.338	(454)	195.884	210.148	(767)	209.381
2015	153.033	(198)	152.835	152.180	(198)	151.982
2016	60.388	(20)	60.368	60.123	(20)	60.103
2017	28.899	(6)	28.893	28.733	(6)	28.727
2018	12.944	(1)	12.943	12.924	(2)	12.922
Após 2018	7.946	(1)	7.945	7.947	(1)	7.946
Total obrigações	<u>459.548</u>	<u>(680)</u>	<u>458.868</u>	<u>472.055</u>	<u>(994)</u>	<u>471.061</u>
(-) Garantias depósitos vinculados			<u>(21.354)</u>			<u>(21.028)</u>
Total			<u><u>437.514</u></u>			<u><u>450.033</u></u>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	53.016	428.790	(2.663)	17.388	496.531
Ingressos	-	46.921	-	-	46.921
Encargos	35.688	7.784	437	-	43.909
Variação monetária e cambial	-	-	11	1.590	1.601
Swap	-	(2.482)	(887)	-	(3.369)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(25)	(6)	109	78
Transferências	58.968	(58.968)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(76.119)	-	(1.296)	-	(77.415)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	7.673	-	-	7.673
(-) Custos de transação	(6)	1.253	-	-	1.247
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>71.547</u>	<u>430.946</u>	<u>(4.404)</u>	<u>19.087</u>	<u>517.176</u>
Ingressos	-	922	-	-	922
Encargos	7.839	2.061	103	-	10.003
Variação monetária e cambial	-	-	-	(282)	(282)
Swap	-	(893)	502	-	(391)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(71)	4	37	(30)
Transferências	14.282	(14.282)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(16.955)	-	-	-	(16.955)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(326)	-	-	(326)
(-) Custos de transação	(10)	314	-	-	304
Saldos em 31 de março de 2013	<u><u>76.703</u></u>	<u><u>418.671</u></u>	<u><u>(3.795)</u></u>	<u><u>18.842</u></u>	<u><u>510.421</u></u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	31/03/13		31/12/12		
					Encargos	Principal	Encargos	Principal	
4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a	11,50%	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
					1.688	36.352	36.368	74.408	73.122
						(150)	(44)	(194)	(245)
(-) Custos de transação									
Total					1.688	36.202	36.324	74.214	72.877

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2014	36.368	(44)	36.324	36.368	(69)	36.299

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	37.065	72.475	109.540
Encargos	8.749	-	8.749
Transferências	36.352	(36.352)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(45.695)	-	(45.695)
(-) Custos de transação	107	176	283
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.578	36.299	72.877
Encargos	1.286	-	1.286
(-) Custos de transação	26	25	51
Saldos em 31 de março de 2013	37.890	36.324	74.214

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Salários	1.785	2.597
Encargos sociais	629	948
Provisões férias e 13º salário	1.664	1.629
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.593	1.695
Provisão PLR	3.754	3.251
Total	<u>9.425</u>	<u>10.120</u>

18. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Reserva Global de Reversão – RGR	(a)	1.166	-
Conta de Consumo de Combustível – CCC		-	2.553
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		240	857
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		366	499
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(b)	183	249
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	7.605	7.287
Programa de Eficientização Energética - PEE		1.764	1.393
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		212	212
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	748
Total		<u>11.536</u>	<u>13.798</u>
Circulante		11.173	13.323
Não circulante		363	475

- a) A Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Art. 21, desobriga as distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Em 27 de março de 2013, através do despacho nº 913, a ANEEL fixou os valores correspondentes à última quota de RGR e estabeleceu o recolhimento em parcela única em abril de 2013.
- b) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n°s 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Circulante		
Imposto de renda - IR	10.583	837
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	13.988	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	22.456	30.145
Programa de integração social - PIS	3.077	2.786
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	14.173	12.838
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.546	2.112
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	288	320
Imposto sobre serviços - ISS	928	1.208
Outros	466	634
Total	<u><u>67.505</u></u>	<u><u>50.880</u></u>

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.909
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	183.119
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(753)
Pagos no período	(137.483)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	50.792
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1
Pagos no período	(2)
Saldos em 31 de março de 2013	<u><u>50.791</u></u>

21. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 11.295 classificada no passivo circulante (R\$ 11.275 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 23.103 no não circulante (R\$ 20.264 em 31 de dezembro de 2012) estão compostas como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	18.522	7.953	5.064	31.539
Constituição	653	1.567	-	2.220
Baixas/reversão	(99)	(120)	-	(219)
Atualização	415	374	69	858
Saldos em 31 de março de 2013	<u><u>19.491</u></u>	<u><u>9.774</u></u>	<u><u>5.133</u></u>	<u><u>34.398</u></u>

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Trabalhistas	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				31/03/13	31/12/12
Ex-empregados da Companhia	2.393	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.393	2.123
	2.681	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1.296	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	6.979	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.979	6.412
	7.668	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	444	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	10.119	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.119	9.987
	871	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	32.451			19.491	18.522

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Cíveis	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		31/03/13	31/12/12
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(1)	859	1ª, 2ª e 3ª	Provável	859	824
		130	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.056	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(2)	2.295	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.295	1.940
		69.431	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		247	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(3)	2.069	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.069	1.585
		4.629	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		716	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	(4)	802	1ª, 2ª e 3ª	Provável	802	730
		6.429	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		698	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa	(5)	260	1ª, 2ª e 3ª	Provável	260	186
		2.060	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações	(6)	1.319	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Cooperativas	(7)	19	1ª, 2ª e 3ª	Provável	19	18
		380.168	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(8)	3.470	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.470	2.670
		65.497	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.536	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		546.699			9.774	7.953

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

- (1) *Cientes – Tarifas Plano Cruzado* - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.
- (2) *Indenização por perdas* – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.
- (3) *Acidente terceiros / trabalho* – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.
- (4) *Irregularidade de consumo* – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas questionando a lavratura de termos de ocorrências de irregularidades originados no desvio de energia, lavrados pela Concessionária.
- (5) *Negativação SPC e Serasa* - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais em virtude de negativação solicitada pela Concessionária em virtude de inadimplência.
- (6) *Societário ações* - Ação que envolve questionamento sobre suposto direito de ações
- (7) *Cooperativas* - Ações judiciais que discutem o Termo de Acordo conjunto firmado entre ANEEL, FECOERN, CERPAL e COSERN, que versa sobre a aquisição de acervo elétrico.
- (8) *Outras* – Administrativa, Contrato de demanda, Poder normativo da concessionária, Contratos comercial/financeiro, Inadimplência e repercussões, Débito de terceiros, Corte indevido, Empréstimo compulsório, Contratos com terceirizados, Revisão de consumo de energia, Serviços de rede, Repetição de indébito, Racionamento de energia elétrica, Revisão de faturamento e Societário.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Fiscais	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		31/03/13	31/12/12
ICMS	(1)	879	1ª, 2ª e 3ª	Provável	879	869
		40.108	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(2)	6.192	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		16.750	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(3)	31.564	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9.387	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
COFINS	(4)	68	1ª, 2ª e 3ª	Provável	68	68
		1.310	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(4)	1.445	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ/IRRF	(5)	107.877	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		19.564	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(6)	4.186	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.186	4.127
		988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		38	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(7)	2.544	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.693	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>246.593</u>			<u>5.133</u>	<u>5.064</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

- (1) *ICMS* - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontra prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude de eventual não recolhimento do ICMS no período supracitado, abrangendo apenas o exercício de 1996, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. O Estado do Rio Grande do Norte cobrou administrativamente esses valores e a COSERN moveu ação anulatória de débito fiscal contra essa cobrança, estando o processo aguardando sentença. Em sede de antecipação de tutela a exigibilidade do crédito foi suspensa reconhecendo o juiz a ocorrência da prescrição de todo o débito.
- (2) *ISS* - Refere-se a autos de infração lavrados pelo Poder Público Municipal, exigindo ISS sobre serviço por terceiros.
- (3) *CSLL* - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em dezembro de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Pública apresentou recurso especial que está pendente de julgamento.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(4) *COFINS* – Refere-se a processo judicial onde se busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008.

(5) *IRPJ/IRRF*:

IRPJ - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em abril de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Pública apresentou recurso especial que está pendente de julgamento.

IRRF- Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº. 01/2002. No último mês de abril, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais anulou o auto de infração. Aguarda-se lavratura do acórdão.

(6) *INSS* – Refere-se a ação anulatória para desconstituir lançamentos relacionados a NFLD nº. 35.814.150-8 que cobra supostos débitos previdenciários das competências de 01/1997 a 08/2006, oriundos de processos trabalhistas e salário indireto, e das competências de 02/1999 a 06/2006, referentes a retenções de serviços prestados por autônomos. Parte dos valores reivindicados pelo INSS já foi atingido pela decadência. Contudo, os consultores legais da Companhia entendem que a outra parte dos valores cobrados pode ser devida e consideram que a provisão constituída é suficiente para fazer frente a futuros desembolsos.

(7) *Outras* – Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

22. OUTROS PASSIVOS

	Ref	31/03/13	31/12/12
Consumidores	(1)	15.610	16.916
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Caução em garantia	(2)	13.437	12.196
Outras		1.054	1.108
Total		<u>30.394</u>	<u>30.513</u>
Circulante		26.473	26.967
Não circulante		3.921	3.546

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 179.787.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	110.814.372	85,4	16.507.498	80,1	14.645.619	82,6	141.967.489	84,5
Iberdrola Energia S.A.	8.147.546	6,3	2.217.674	10,8	1.417.164	8,0	11.782.384	7,0
Uptick	7.576.650	5,8	1.156.609	5,6	1.047.352	5,9	9.780.611	5,8
Previ	1.854.848	1,4	359.031	1,7	382.135	2,2	2.596.014	1,5
Outros	1.352.803	1,0	365.316	1,8	229.411	1,3	1.947.530	1,2
Total	129.746.219	100,0	20.606.128	100,0	17.721.681	100,0	168.074.028	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	118.537.132	85,4	17.657.921	80,1	15.666.286	82,6	151.861.339	84,5
Iberdrola Energia S.A.	8.715.356	6,3	2.372.226	10,8	1.515.928	8,0	12.603.510	7,0
Uptick	8.104.674	5,8	1.237.214	5,6	1.120.343	5,9	10.462.231	5,8
Previ	1.984.114	1,4	384.052	1,7	408.766	2,2	2.776.932	1,5
Outros	1.447.082	1,0	390.775	1,8	245.399	1,3	2.083.256	1,2
Total	138.788.358	100,0	22.042.188	100,0	18.956.722	100,0	179.787.268	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais “Classe A”, prioridade na distribuição de dividendos.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 179.315, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação (vide nota explicativa nº. 9).

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº. 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº. 0183/2010, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período de três meses findos em 31 de março de 2013 o valor de R\$ 27.860 (R\$ 11.608 em 31 de março de 2012) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal por já ter atingido esse limite.

(c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

24. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	Períodos findos em	
		31/03/13	31/03/12
Fornecimento de energia	(a)	188.857	171.612
Receita de distribuição		182.660	167.132
Remuneração financeira wacc		6.197	4.480
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	(360)	(289)
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	220.691	243.738
Receita de distribuição		213.449	237.374
Remuneração financeira wacc		7.242	6.364
Receita de construção da infraestrutura da concessão		39.816	40.243
Outras receitas	(d)	12.065	3.872
Total receita bruta		461.069	459.176
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(129.958)	(142.359)
Total receita operacional líquida		331.111	316.817

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Períodos findos em						
	Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
		31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Consumidores							
Residencial		1.041.602	1.001.862	445.877	407.523	171.317	167.917
Industrial		4.873	5.024	130.013	155.086	36.449	45.964
Comercial		78.318	76.180	237.978	222.554	94.845	96.232
Rural		70.875	63.413	112.920	89.269	21.319	18.043
Poder público		12.107	12.132	63.906	57.453	24.592	24.249
Iluminação pública		5.995	5.661	37.077	37.571	7.951	8.722
Serviço público		1.670	1.629	63.227	62.410	16.879	18.039
Consumo próprio		106	99	1.265	1.173	-	-
Suprimento		3	4	-	-	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	(3.888)	1.441
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(207.395)	(227.272)
		<u>1.215.549</u>	<u>1.166.004</u>	<u>1.092.263</u>	<u>1.033.039</u>	<u>162.069</u>	<u>153.335</u>
Subvenções		-	-	-	-	26.788	18.277
Total		<u>1.215.549</u>	<u>1.166.004</u>	<u>1.092.263</u>	<u>1.033.039</u>	<u>188.857</u>	<u>171.612</u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº. 1.618 de 23 de abril de 2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informação não revisada.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Ref.	Períodos findos em	
		31/03/13	31/03/12
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		13.295	16.466
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	207.396	227.272
		<u>220.691</u>	<u>243.738</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outras receitas

	Períodos findos em	
	31/03/13	31/03/12
Renda da prestação de serviços	520	310
Arrendamentos e aluguéis	1.743	2.020
Serviço taxado	711	692
Taxa de iluminação pública	893	778
Administração de faturas de fraudes	(9)	(34)
Comissão serviços de terceiros	52	79
Multa infração consumidor	70	27
Ressarcimento comercialização de energia	8.085	-
	<u>12.065</u>	<u>3.872</u>

(e) Deduções da receita bruta

	Períodos findos em	
	31/03/13	31/03/12
IMPOSTOS:		
ICMS	(78.329)	(78.165)
PIS	(7.727)	(6.929)
COFINS	(35.592)	(31.913)
ISS	(158)	(273)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.166)	(3.187)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(720)	(2.571)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(2.553)	(15.476)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(1.323)	(1.191)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(579)	(476)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(290)	(238)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(579)	(476)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(942)	(749)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	(715)
Total	<u>(129.958)</u>	<u>(142.359)</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Ref.	Períodos findos em				
		31/03/13			31/03/12	
		Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(6.068)	(2.958)	(5.432)	(14.458)	(17.313)
Administradores		-	-	(368)	(368)	(719)
Entidade de previdência privada		(379)	(110)	(77)	(566)	(859)
Material		(1.015)	(7)	(133)	(1.155)	(860)
Serviços de terceiros		(7.409)	(8.373)	(5.703)	(21.485)	(18.257)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE		(635)	-	-	(635)	(636)
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(190.285)	-	-	(190.285)	(119.717)
Encargos de uso de rede	(c)	(10.095)	-	-	(10.095)	(18.156)
Amortização	(d)	(10.877)	(2.335)	(853)	(14.065)	(13.311)
Arrendamentos e aluguéis		(13)	(36)	(96)	(145)	(131)
Tributos		(102)	(1)	(530)	(633)	(417)
Provisões líquidas - PCLD		-	2.324	-	2.324	(714)
Perdas conta a receber/consumidores		-	(244)	-	(244)	(2.952)
Provisões líquidas - contingências		-	-	(2.001)	(2.001)	(252)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(39.816)	-	-	(39.816)	(40.243)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento / desativação		-	-	(13)	(13)	(289)
Outros	(e)	(261)	(560)	(939)	(1.760)	(2.101)
Total custos / despesas		(266.955)	(12.300)	(16.145)	(295.400)	(236.927)

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Períodos findos em	
	31/03/13	31/03/12
Receita Financeira		
Renda de aplicações financeiras	3.167	5.438
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	8.782	8.682
Variação monetária	6.639	4.988
Variação cambial	648	1.585
Operações swap	1.109	1.316
Receita financeira da concessão	2.403	-
Outras receitas financeiras	249	411
Total	22.997	22.420

	Períodos findos em	
	31/03/13	31/03/12
Despesa Financeira		
Encargos de dívida	(10.654)	(13.273)
Variação monetária	(2.660)	(2.431)
Variação cambial	(367)	(1.078)
Operações swap	(718)	(1.779)
Multas regulatórias	(727)	(902)
Outras despesas financeiras	(883)	(922)
Total	(16.009)	(20.385)

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/03/13			31/12/12		31/03/12
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	92	-	-	107	-
CELPE	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	499	123	-	383	84	-
TERMOPERNAMBUCO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	37	-	-	13	-
ITAPEBI	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	783	112	-	601	61	-
GERAÇÃO CIII	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	13	-	-	11	-
NC ENERGIA		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	25	-	-	15	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(c)	Prestação de serviço	-	88	(696)	-	87	(672)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	6	-	-	4	-
			-	94	(696)	-	91	(672)
BAGUARI I	(a)	Energia comprada	-	175	(390)	-	181	(324)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	13	-	-	10	-
			-	188	(390)	-	191	(324)
BAHIA PCH I	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	9	-	-	6	-
RIO PCH I	(a)	Energia comprada	-	108	(241)	-	112	(200)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	9	-	-	6	-
			-	117	(241)	-	118	(200)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	3	-
GOIAS SUL	(a)	Energia comprada	-	163	(240)	-	112	(200)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	6	-	-	3	-
			-	169	(240)	-	115	(200)
SE NARANDIBA	(b)	Uso da Rede	-	-	(2)	-	1	(2)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	4	-
			-	3	(2)	-	5	(2)
AFLUENTE GERAÇÃO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	7	-	-	4	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(b)	Uso da Rede	-	6	(16)	-	12	(24)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	30	-	-	21	-
			-	36	(16)	-	33	(24)
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	1	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a)	Energia comprada	-	612	(1.363)	-	641	(1.104)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	35	-	-	43	-
			-	647	(1.363)	-	684	(1.104)
CIA. TELES PIRES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	66	-	-	64	-
ENERGY WORKS	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	13	-	-	11	-
CAPUAVA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	10	-	-	7	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	7	-	-	18	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	31	-	-	3	-
CALANGO 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	8	-	-	10	-
CALANGO 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	25	-	-	24	-
CALANGO 3	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	30	-	-	25	-
CALANGO 4	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	11	-	-	11	-
CALANGO 5	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	25	-	-	23	-
MEL 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	4	-
ARIZONA 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	37	-	-	28	-
CAETITÊ 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	15	-	-	16	-
CAETITÊ 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	25	-	-	23	-
CAETITÊ 3	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	15	-	-	21	-
Banco do Brasil S.A.	(d)	Empréstimos e Financiamentos	7.444	269.339	(4.649)	7.821	265.067	(6.383)
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	12.186	-	-	12.186	-
		Juros sobre capital próprio	-	30.547	(30.547)	-	30.547	-
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	340	-	-	493	-
	(f)	Aluguel/Comodato	-	-	(56)	-	19	(52)
			-	43.073	(30.603)	-	43.245	(52)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	224	-	-	224	-
		Juros sobre capital próprio	-	562	(562)	-	562	-
			-	786	(562)	-	786	-
Iberdrola Energia S.A.		Dividendos	-	1.020	-	-	1.020	-
		Juros sobre capital próprio	-	2.174	(2.174)	-	2.174	-
			-	3.194	(2.174)	-	3.194	-
Amara Brasil	(c)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	72	(280)	-	76	(273)
Outros Minoritários		Dividendos	-	1.812	-	-	1.815	-
		Juros sobre capital próprio	-	2.266	(2.266)	-	2.265	-
			-	4.078	(2.266)	-	4.080	-

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica:

Baguari I – Contrato n°. 4600017985, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resolução ANEEL n°. 589 de 11 de dezembro de 2007.

Rio PCH I – Contrato n°. 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL n°. 1.163 de dezembro de 2007.

Goiás Sul – Contrato n°. 4600017990 e 4600017991, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resoluções Autorizáveis ANEEL n°. 881 e 882 de 24 de abril de 2007.

Energética Águas da Pedra – Contrato 4600020539, vigência de 1º de agosto de 2007 até 31 de dezembro de 2040, conforme Resolução Normativa ANEEL n°. 232 de 19 de setembro de 2006.

b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes – Contrato n°. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a Afluentes, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba – Contrato n°. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a SE Narandiba, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contratos de Prestação de Serviços

Amara Brasil - Contrato n°. 4600022357, vigência de 16 de agosto de 2011 até 18 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL n°. 3.326, de 15 de agosto de 2011.

Neoenergia Serviços Ltda – Contrato n°. 4600019864, vigência de 8 de agosto de 2010 até 8 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL n°. 2.758, de 20 de setembro de 2010.

d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial n°. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial n°. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial n°. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

e) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Contrato de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020646 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

g) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2013 foi de R\$ 320 (R\$ 670 em 31 de março de 2012), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

28. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 31 de março de 2013.

Em 31 de março de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 53.000 – é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge e estão contabilizados pelos seus valores justos.
- Instrumentos Financeiros Derivativos:
 - ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com o CPC 40:

	Categoria	Ativos (Passivos)			
		31/03/13		31/12/12	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa		188.842	188.842	124.924	124.924
Titulos e valores mobiliários		10.179	10.179	12.982	12.982
Contas a receber de clientes e outros		400.026	400.026	441.666	441.666
Passivo					
Fornecedores		(171.470)	(171.470)	(128.948)	(128.948)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Nível 2	(76.876)	(76.876)	(76.156)	(76.156)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional		(425.941)	(425.941)	(434.158)	(434.158)
Debêntures em moeda nacional	Nível 1	(74.214)	(74.135)	(72.877)	(72.779)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	Nível 2	(19.042)	(19.042)	(19.298)	(19.298)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	11.437	11.437	12.436	12.436

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

* CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e

Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) no valor de R\$ 53.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de março de 2013 e 2012 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado 31/03/13	Valor a receber/recebido - a pagar/pago		
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		31/03/13	31/12/12			31/03/13	31/12/12
					31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12						
Contratos de swaps:														
Swap														
Ativa	Bank Of American	08/04/2011	06/05/2016	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a.	USD 9.482	USD 9.482	RS 15.000	RS 15.000	19.513	19.777				
Passiva												15.426	15.162	
									4.087	4.615		(502)		
Swap														
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a.	-	-	RS 53.000	RS 53.000	76.877	76.157				
Passiva												69.434	68.336	
									7.444	7.821		893		
Total									11.531	12.436		391		
									(11.531)	(12.436)				

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do período.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexado a variação cambial captada no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de março de 2013, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 31 de março de 2013 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 502 (R\$ 887, resultado positivo em 31 de dezembro de 2012).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Alta do Dólar	280	350	420
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	(281)	(352)	(422)
Exposição Líquida		(1)	(2)	(2)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

- ✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possuía, em 31 de março de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 186.583 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	2.971	2.229	1.486
Aplicações financeiras - SELIC	Queda do CDI	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	-	-	-
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	-	-	-
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	-	-	-

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de março 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 181.518, sendo R\$ 180.179 em fundos exclusivos e R\$ 1.000 em CDBs no Banco do Brasil.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	76.801	-	-	-
Debêntures	37.890	-	-	-
Instrumentos Derivativos	(3.893)	-	-	-
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	-	194.478	230.853	19.727
Debêntures	-	36.324	-	-
Instrumentos Derivativos	-	(7.444)	(100)	-

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 17).

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Revisão Tarifária Periódica 2013

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.512, de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2013, fixou em 3,86% o índice médio da revisão tarifária periódica para a Companhia, sendo 4,11% relativos a revisão tarifária periódica e -0,25% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 4,91%, sendo 3,84% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,33% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.004 de 04/04/2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R\$ 882.895.860,96. Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória deverá ser registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL. A Companhia já está desenvolvendo as ações pertinentes para mensuração dos impactos, de modo que os ajustes contábeis societários e regulatórios sejam realizados até o mês de junho/13.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN
Informações Trimestrais - ITR em
31 de março de 2013
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Reconhecimento do subsídio da CDE e compra de energia

Conforme mencionado na Nota 6 às informações trimestrais, em 8 de março de 2013 foi publicado o Decreto nº 7.945, que alterou a estrutura tarifária e o subsídio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Adicionalmente, em 2 de maio de 2013 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.312 de 30 de abril de 2013, fixando os valores a serem repassadas às concessionárias de distribuição com recursos da CDE, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013. O acréscimo nos valores a serem repassados para a Companhia e os custos incorridos com compra de energia foram parcialmente reconhecidos no trimestre findo em 31 de março de 2013. Deste modo, o ativo circulante está apresentado a menor em R\$ 6.395 mil, o passivo circulante apresentado a maior em R\$ 8.085 mil e o lucro líquido e o patrimônio líquido estão apresentados a menor em R\$ 14.480 mil, líquidos dos efeitos tributários.

Ausência de mensuração do impacto da revisão tarifária

Conforme descrito na Nota 29 às informações trimestrais, como parte do processo de revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (“SFF”) da ANEEL emitiu, em 4 de abril de 2013, o Despacho nº 1.004, divulgando o valor da Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) da Companhia, considerando as adições realizadas pela Companhia até a data de 31 de outubro de 2012, no montante de R\$882.896 mil. A BRR é utilizada na bifurcação dos ativos relacionados à infraestrutura como base para determinar o valor do ativo financeiro das concessões de distribuição de energia elétrica, relacionado ao montante a ser reembolsado pelo poder concedente ao término das concessões. Em 31 de março de 2013, o montante registrado como ativo intangível e ativo financeiro corresponde a R\$ 958.906 mil. A Administração da Companhia não concluiu a análise e conciliação dos valores informados pela ANEEL, a fim de determinar o montante do ajuste aos saldos contábeis a serem registrados em 31 de março de 2013, que devem considerar também as adições realizadas entre 31 de outubro de 2012, data-base

para o valor de BRR divulgado pela ANEEL, e 31 de março de 2013, data do balanço patrimonial intermediário apresentado nestas Informações Financeiras Trimestrais. Consequentemente, nenhum ajuste foi registrado em decorrência deste assunto nas informações trimestrais e, portanto, não é possível concluir sobre os possíveis impactos nos saldos do ativo financeiro, do resultado do exercício e do patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2013.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, determinados ou não, dos assuntos descritos nos parágrafos "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, determinados ou não, dos assuntos descritos nos parágrafos "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2012, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2, que foram efetuados para alterar essas informações financeiras de 2012, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012, como preparadas originalmente, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão com data de 23 de abril de 2012, sem ressalvas.

Como parte de nossa revisão das informações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2013, revisamos também os ajustes descritos na Nota 2, que foram efetuados para alterar as informações financeiras constantes das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012 e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação. Com base em nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento de que tais ajustes não sejam apropriados ou não foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as Informações Trimestrais - ITR da Companhia referentes às cifras trimestrais de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as informações financeiras daquele exercício tomadas em conjunto.

Recife, 14 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" RN

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RN